

CONCURSO PÚBLICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO
PARÁ
EDITAL Nº 01/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

CADERNO DE PROVA – MANHÃ
TIPO 1

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Este caderno de prova contém **50 (Cinquenta) questões** de múltipla escolha, de **1 a 50** e distribuídas da seguinte forma:
 - 1 a 5 - Língua Portuguesa
 - 6 a 10 - Raciocínio Lógico e Matemático
 - 11 a 15 - Legislação Aplicada ao CRM-PA
 - 16 a 20 - Noções de Administração Pública
 - 21 a 50 - Conhecimentos Específicos
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões de múltipla escolha, são apresentadas **4 (quatro)** alternativas de resposta. Apenas **1 (uma)** resposta responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
5. Reserve tempo suficiente para o preenchimento da folha de respostas (prova objetiva).
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados para avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **1 (uma) hora** de seu início, mas somente poderá levar consigo o caderno de questões no decurso dos últimos **30 (trinta)** minutos anteriores ao horário determinado para o encerramento da prova.
8. Não será permitida a anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio.
9. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas.
10. Boa prova!

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

Novo fungo zumbi é descoberto na Mata Atlântica do Rio de Janeiro

Cientistas identificaram uma nova espécie de fungo durante uma expedição científica realizada em uma reserva florestal de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro. O organismo recebeu o nome de *Purpureocillium atlanticum*, em referência à coloração arroxeada de suas estruturas e ao bioma da Mata Atlântica, onde foi encontrado.

A descoberta ganhou destaque internacional ao ser incluída entre as descrições mais relevantes de novas espécies vegetais e fúngicas do ano. O fungo apresenta um comportamento altamente especializado: ele infecta aranhas de alçapão, artrópodes que vivem no solo e constroem armadilhas subterrâneas para capturar presas.

O termo fungo zumbi é usado para descrever organismos capazes de invadir o corpo de seus hospedeiros e controlar processos vitais até a morte. No caso do *Purpureocillium atlanticum*, os pesquisadores localizaram no chão da floresta uma estrutura visível do fungo, chamada corpo de frutificação, responsável pela liberação dos esporos. Ao escavar o local, verificaram que o organismo havia se desenvolvido a partir de uma aranha já morta.

Os esporos do fungo penetram o exoesqueleto do hospedeiro e alcançam a hemolinfa, onde passam a se reproduzir rapidamente. Durante esse processo, o fungo libera substâncias que neutralizam o sistema de defesa da aranha, levando-a à morte e permitindo a completa colonização do corpo.

Espécies semelhantes já haviam sido registradas em outros países, mas análises genéticas mais detalhadas mostraram que elas não pertenciam a uma única espécie, como se pensava anteriormente. O que existia, na verdade, era um conjunto de espécies distintas, reunidas sob uma mesma classificação. A nova espécie brasileira faz parte desse grupo, agora reconhecido como um complexo mais diverso do que se imaginava.

A identificação só foi possível graças ao uso de tecnologias portáteis de sequenciamento genético, que permitem analisar o material ainda fresco no próprio local da coleta, aumentando a precisão dos estudos.

A descoberta reforça o quanto ainda se conhece pouco sobre o universo dos fungos. Estimativas indicam que existam milhões de espécies no planeta, das quais apenas uma pequena parcela foi descrita. Conhecer essa diversidade é estratégico, especialmente pelo potencial desses organismos na produção de substâncias de interesse médico.

Segundo os pesquisadores, muitos fungos precisam competir com bactérias e outros microrganismos para

sobreviver, o que os leva a produzir compostos com possível ação antibiótica. Em um cenário de mudanças climáticas e desafios sanitários, compreender melhor esse grupo pode abrir caminhos para soluções mais sustentáveis e inovadoras.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq5y62ln2q1o>. adaptado.

Questão 01

Segundo os pesquisadores, muitos fungos precisam competir com bactérias e outros microrganismos para sobreviver, o que os "leva" a produzir compostos com possível ação antibiótica.

De acordo com as regras de regência verbal, é correto afirmar que, na frase apresentada:

- (A) O verbo "leva" é intransitivo, sendo a expressão "a produzir compostos" um adjunto adverbial de finalidade, sem relação de regência com o verbo principal.
- (B) O verbo "leva" é transitivo indireto, regendo apenas complemento introduzido pela preposição "a", sendo o pronome "os" classificado como objeto indireto antecipado.
- (C) O verbo "leva" é transitivo direto e indireto, tendo como objeto direto o pronome "os" e como complemento indireto a expressão "a produzir compostos".
- (D) O verbo "leva" é transitivo direto, tendo como objeto direto a oração reduzida de infinitivo "a produzir compostos", enquanto o pronome "os" funciona como objeto indireto pronominal.

Questão 02

O texto informa sobre a descoberta de uma nova espécie de fungo na Mata Atlântica do Rio de Janeiro e apresenta, de modo articulado, as principais implicações científicas desse achado para a compreensão da biodiversidade fúngica e para possíveis aplicações futuras.

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- (A) O texto conclui que a relevância do achado decorre do fato de a maioria das espécies de fungos zumbi já ter sido descrita, restando apenas uma parcela residual a ser catalogada pelas recém-descobertas brasileiras.
- (B) O texto defende que o principal valor da descoberta é comprovar que uma única espécie, registrada em vários países, mantém as mesmas características e, por isso, dispensa análises genéticas detalhadas.
- (C) O texto indica que o fungo recém-descoberto oferece risco à população humana, pois sua forma de infecção se estende a diferentes hospedeiros e compromete sistemas vitais semelhantes à nossa espécie.
- (D) A descoberta reforça que o universo dos fungos permanece desconhecido, e que mapear essa diversidade é estratégico, inclusive pelo potencial de gerar compostos de interesse médico.

Questão 03

A nova espécie brasileira faz parte desse grupo, agora reconhecido como um complexo "mais" "diverso" do que se imaginava.

Morfologicamente, os termos destacados, nesta frase, são, respectivamente:

- (A) Advérbio comparativo e adjetivo predicativo com valor resultante de elipse verbal.
- (B) Advérbio de intensidade e adjetivo.
- (C) Advérbio modal e adjetivo substantivado com valor abstrato.
- (D) Partícula intensificadora invariável e adjetivo de valor classificatório.

Questão 04

o organismo recebeu o nome de *Purpureocillium atlanticum*, em referência à coloração arroxeadada de suas estruturas e ao bioma da Mata Atlântica.

Em relação ao sinal indicativo de crase, é correto afirmar que, nesta frase,

- (A) a crase na expressão "à coloração" é facultativa, pois o substantivo feminino abstrato permite tanto o uso quanto a ausência de artigo definido, desde que seja feminino e singular.
- (B) o emprego da crase em "à coloração" ocorre pela fusão da preposição exigida por "referência" com o artigo definido feminino que antecede o substantivo "coloração".
- (C) o uso do acento grave de crase em "à coloração" decorre de paralelismo sintático com a forma "ao bioma", sendo a crase determinada pela simetria estrutural da coordenação.
- (D) o acento grave em "à coloração" é explicado pelo fato de o termo introduzir complemento nominal de valor explicativo, circunstância em que a crase ocorre independentemente de artigo.

Questão 05

No caso do *Purpureocillium atlanticum*, os pesquisadores localizaram no chão da floresta uma estrutura visível do fungo.

Sintaticamente, é correto afirmar que, nesta frase:

- (A) O sujeito é "uma estrutura visível do fungo", cujo núcleo é "estrutura", e o predicado é verbal com valor circunstancial de lugar.
- (B) O sujeito é simples, com núcleo "pesquisadores", e o predicado é nominal, pois a ação verbal recai sobre um termo caracterizado por qualidade expressa.
- (C) O sujeito é simples, com núcleo "pesquisadores", e o predicado é verbal, tendo como núcleo o verbo "localizaram".
- (D) O sujeito é composto, formado por "os pesquisadores" e "uma estrutura visível do fungo", e o predicado é verbo-nominal.

Básico - Raciocínio Lógico e Matemático

Questão 06

Uma taxa administrativa sofreu duas alterações sucessivas ao longo de dois anos. Inicialmente, a taxa era de 10%. No primeiro ajuste, houve aumento de 30% sobre o valor da taxa. No segundo ajuste, ocorreu redução de 20% sobre a taxa já reajustada. Qual é a taxa final após essas modificações?

- (A) A taxa final é de 11%.
- (B) A taxa final é de 10,4%.
- (C) A taxa final é de 12,5%.
- (D) A taxa final é de 9,6%.

Questão 07

Uma sequência numérica foi observada em um padrão de crescimento: 3, 7, 15, 31, 63. Mantendo exatamente a mesma regra de formação entre termos consecutivos, qual é o próximo termo da sequência?

- (A) 119.
- (B) 135.
- (C) 127.
- (D) 125.

Questão 08

Em um setor de análise documental, 4 técnicos conseguem verificar 240 processos em 5 dias, trabalhando 6 horas por dia, mantendo produtividade constante. Em outro momento, 8 técnicos, trabalhando 5 horas por dia, precisam verificar 400 processos. Quantos dias serão necessários para concluir essa tarefa?

- (A) 4 dias.
- (B) 6 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 5 dias.

Questão 09

Em um relatório de controle interno, três grandezas X, Y e Z foram definidas por relações que devem ser simultaneamente compatíveis. Sabe-se que X excede Y em 18 unidades, que Z é igual a $\frac{2}{3}$ de X e que a soma de Y com Z totaliza 102 unidades. Qual é o valor numérico de Y que satisfaz todas essas condições?

- (A) Y = 45 unidades.
- (B) Y = 60 unidades.
- (C) Y = 54 unidades.
- (D) Y = 48 unidades.

Questão 10

Um convênio de pesquisa dividiu o orçamento total T em três parcelas: a primeira correspondeu a $\frac{2}{5}$ de T, a segunda equivaleu a 0,35 de T e a terceira foi um repasse fixo de R\$ 18.000,00. Ao conferir a planilha final, verificou-se que a soma das duas primeiras parcelas foi de R\$ 54.000,00. Qual foi o valor total T do orçamento deste convênio?

- (A) O valor total foi de R\$ 68.000,00.
- (B) O valor total foi de R\$ 75.000,00.
- (C) O valor total foi de R\$ 70.000,00.
- (D) O valor total foi de R\$ 72.000,00.

Básico - Legislação Aplicada ao CRM-PA

Questão 11

A composição e a renovação dos membros das autarquias que fiscalizam a medicina no Brasil seguem critérios rígidos de mandato e representação institucional. De acordo com o Decreto nº 44.045/1958 (que regulamenta a Lei nº 3.268/1957), em sua redação vigente, sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Federal de Medicina (CFM), assinale a alternativa correta.

- (A) Os membros suplentes dos Conselhos Regionais de Medicina assumem a titularidade de forma automática e permanente em caso de licença médica do titular superior a trinta dias, independentemente de nova convocação plenária.
- (B) O mandato dos membros dos Conselhos Regionais de Medicina é exercido em caráter honorífico e possui duração de cinco (5) anos, assim como ocorre com os membros do Conselho Federal de Medicina.
- (C) A perda do mandato de conselheiro ocorre por decisão da maioria simples do plenário da própria autarquia regional, sem a necessidade de instauração de processo administrativo que assegure o contraditório à parte interessada.
- (D) A escolha dos conselheiros que integram o Conselho Federal de Medicina ocorre por meio de nomeação direta e discricionária do Presidente da República, dispensando-se o processo eleitoral entre os médicos inscritos no sistema.

Questão 12

A elaboração e o manuseio de documentos médicos são atividades que exigem rigor técnico e ético, pois constituem prova da assistência prestada. Considerando as normas sobre prontuário e atestados médicos, analise as afirmativas a seguir.

I.O médico deve elaborar o prontuário de forma legível para cada paciente, contendo os dados clínicos necessários para a boa condução do caso e o preenchimento em ordem cronológica.

II.O acesso às informações contidas no prontuário médico deve ser franqueado ao paciente ou ao seu representante legal, sendo vedada a retenção do documento pela instituição de saúde.

III.O médico tem o dever de assinar atestados de óbito de pacientes que estavam sob seus cuidados, mesmo que o óbito tenha ocorrido fora do ambiente hospitalar e sem a sua presença.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 13

A Lei do Ato Médico define atividades que são de responsabilidade do profissional de medicina, impactando a interface com outras profissões da saúde. Acerca da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A indicação da execução e a execução de intubação traqueal e a ventilação mecânica são atividades privativas do profissional médico conforme a lei federal.

(__)É considerada atividade privativa do médico a emissão de laudo de exames endoscópicos e de imagem, bem como de procedimentos diagnósticos invasivos.

(__)A coordenação dos cursos de graduação em Medicina e dos programas de residência médica deve ser exercida por profissional médico com registro ativo no conselho.

(__)O diagnóstico citopatológico e os respectivos laudos técnicos podem ser realizados de forma independente por profissionais de biologia com especialização em citologia.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) F, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, F, V.

Questão 14

Um médico é denunciado por suposto erro diagnóstico. Após o recebimento da denúncia e a realização de sindicância, o Conselho Regional de Medicina decide pela instauração do Processo Ético-Profissional (PEP). De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.306, de 17 de março de 2022, sobre o rito processual e a aplicação de penas, assinale a alternativa correta.

- (A) O julgamento do processo ético-profissional deve ocorrer em sessão pública, permitindo-se o livre acesso de qualquer cidadão interessado para garantir a transparência dos atos administrativos da autarquia.
- (B) A revelação de fatos sigilosos em audiência de instrução do processo ético-profissional deve ser mantida sob sigilo processual, visando preservar a dignidade das partes envolvidas na lide.
- (C) A pena de cassação do exercício profissional, uma vez aplicada pelo Conselho Regional de Medicina, torna-se definitiva se o médico não apresentar recurso no prazo improrrogável de cinco dias úteis.
- (D) A citação do médico denunciado deve ser realizada por meio de publicação em diário oficial na primeira tentativa, visando garantir a celeridade e a economia processual no âmbito regional.

Questão 15

A gestão administrativa do Conselho Regional de Medicina (CRM) envolve ritos específicos para a validade de suas sessões e deliberações. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)As sessões do Conselho Regional de Medicina podem ser instaladas com a presença de qualquer número de membros, desde que o Presidente da autarquia esteja presente para validar os atos.

(__)O Diretor-Tesoureiro do Conselho Regional de Medicina possui a atribuição de assinar, juntamente com o Presidente, os cheques e documentos relativos à movimentação financeira da autarquia.

(__)A fiscalização do exercício profissional exercida pelo Conselho Regional de Medicina abrange a verificação da regularidade de hospitais, casas de saúde e laboratórios em sua jurisdição.

(__)Os recursos das decisões dos Conselhos Regionais de Medicina para o Conselho Federal de Medicina possuem efeito suspensivo em casos de aplicação de penas disciplinares leves.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, F, F, F.

Básico - Noções de Administração Pública

Questão 16

No âmbito da Administração Pública, determinado órgão realizou despesas sem a devida comprovação da regular aplicação dos recursos públicos, motivando atuação do sistema de controle externo. A análise envolveu legalidade, legitimidade e economicidade dos gastos, com posterior emissão de parecer técnico. Nesse contexto institucional, assinale a alternativa CORRETA quanto ao órgão constitucionalmente responsável por esse controle.

- (A) Poder Judiciário, por meio de revisão ampla dos atos administrativos financeiros.
- (B) Tribunal de Contas, no exercício do controle externo com auxílio do Poder Legislativo.
- (C) Ministério Público, na condição de fiscal permanente da execução orçamentária.
- (D) Controladoria-Geral, como órgão integrante exclusivo do Poder Executivo.

Questão 17

Ao instituir entidade destinada à exploração de atividade econômica, o ente federativo optou por modelo organizacional com capital integralmente público, sob regime jurídico predominantemente de direito privado. A escolha buscava maior flexibilidade gerencial e competitividade no mercado. Diante dessa estrutura, assinale a alternativa CORRETA quanto à natureza jurídica da entidade criada.

- (A) Fundação pública, pela vinculação institucional ao ente instituidor.
- (B) Empresa pública, caracterizada pelo capital exclusivamente público.
- (C) Sociedade de economia mista, em razão da atuação concorrencial no mercado.
- (D) Autarquia, por desempenhar atividade econômica delegada pelo Estado.

Questão 18

Diante de reiteradas negativas de acesso a informações funcionais constantes de banco de dados público, um cidadão buscou medida judicial adequada para assegurar o conhecimento e eventual correção de dados pessoais mantidos pela Administração. A autoridade administrativa justificava o sigilo sem fundamento constitucional ou legal específico. Considerando o sistema constitucional de proteção aos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA quanto ao instrumento cabível para a situação apresentada.

- (A) Mandado de segurança, por se tratar de direito líquido e certo sem previsão específica.
- (B) Habeas data, destinado ao acesso e à retificação de dados pessoais em registros públicos.
- (C) Ação popular, em razão da lesão potencial ao interesse coletivo e à moralidade.
- (D) Habeas corpus, por envolver restrição indireta à liberdade de locomoção.

Questão 19

Ao editar determinado ato administrativo, a autoridade pública indicou expressamente os motivos que justificariam sua prática. Posteriormente, verificou-se que os fatos alegados não correspondiam à realidade, embora o ato fosse formalmente válido. À luz da teoria aplicável aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA quanto às consequências jurídicas dessa situação.

- (A) O ato permanece válido, pois os motivos não integram sua estrutura jurídica.
- (B) O ato deve ser apenas revogado, em razão de inconveniência administrativa.
- (C) O ato produz efeitos válidos até decisão judicial definitiva em sentido contrário.
- (D) O ato é inválido, pois a falsidade dos motivos compromete sua legalidade.

Questão 20

No exercício de atividade fiscalizatória, a Administração impôs sanção administrativa a particular que descumpriu normas de segurança previstas em regulamento válido. A atuação ocorreu de forma unilateral, coercitiva e fundada em lei, visando à proteção do interesse coletivo. Considerando o regime jurídico administrativo, assinale a alternativa CORRETA quanto ao poder exercido.

- (A) Poder de polícia, voltado à limitação de direitos individuais em favor do interesse público.
- (B) Poder disciplinar, aplicável exclusivamente a servidores públicos.
- (C) Poder hierárquico, decorrente da relação de subordinação administrativa interna.
- (D) Poder regulamentar, restrito à edição de atos normativos abstratos.

Conhecimentos específicos

Questão 21

Um pesquisador, ao comparar diferentes ramos do Direito, afirma que o Direito Administrativo distingue-se por disciplinar, essencialmente, a atuação do Estado quando este exerce função administrativa, submetendo-se a um regime jurídico próprio, diverso daquele aplicado às relações privadas. Considerando essa afirmação e a construção doutrinária predominante, assinale a alternativa correta.

- (A) O Direito Administrativo limita-se ao estudo dos atos administrativos, não abrangendo a organização da Administração nem os serviços públicos.
- (B) O Direito Administrativo regula exclusivamente a atuação do Estado quando este exerce função legislativa, sendo irrelevante sua incidência sobre a função executiva.
- (C) O Direito Administrativo aplica-se apenas às relações entre a Administração Pública e seus servidores, não alcançando relações com particulares.
- (D) O Direito Administrativo disciplina a atividade administrativa do Estado e, também, a atuação de particulares que, por delegação, desempenham funções públicas, sob um regime jurídico predominantemente público.

Questão 22

O Assistente Administrativo de uma Prefeitura recebeu orientação para compartilhar informações de cidadãos com outras secretarias, sem obter autorização expressa dos titulares, com o objetivo de facilitar o planejamento de políticas públicas. Com base na Lei nº 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), art. 2º e fundamentos da lei, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A lei permite que dados pessoais sejam compartilhados entre secretarias públicas sem restrições, desde que não sejam divulgados para o público externo.
- (B) O compartilhamento é permitido, pois o interesse público justifica a divulgação de dados entre órgãos da Administração, mesmo sem autorização.
- (C) O Assistente Administrativo deve verificar se existe base legal prevista na LGPD, pois o compartilhamento sem autorização do titular viola os fundamentos da proteção de dados, como respeito à privacidade e à autodeterminação informativa.
- (D) O Assistente Administrativo pode compartilhar os dados se houver consentimento verbal do gestor superior, dispensando a autorização formal dos cidadãos.

Questão 23

Uma fundação pública elaborou seu planejamento estratégico, definindo missão, visão, valores e objetivos institucionais. Entretanto, constatou-se que parte dos servidores desconhece esses elementos, executando atividades de forma mecânica, sem compreender como suas tarefas se relacionam com os resultados organizacionais.

Com base nos conceitos de sentido do trabalho e comprometimento no setor público, assinale a alternativa que representa a medida correta para reverter esse quadro.

- (A) Vincular exclusivamente o comprometimento ao recebimento de gratificações financeiras.
- (B) Intensificar os mecanismos de controle e fiscalização, priorizando a cobrança de metas individuais.
- (C) Ampliar a divulgação dos objetivos organizacionais e promover espaços de diálogo sobre o papel de cada servidor na consecução desses objetivos.
- (D) Reduzir a autonomia dos servidores, estabelecendo rotinas rígidas e detalhadas.

Questão 24

Em um órgão público de grande porte, a ampliação do uso de sistemas informatizados, correio eletrônico institucional, plataformas colaborativas e ambientes virtuais de atendimento ao cidadão trouxe ganhos relevantes de agilidade, mas também revelou fragilidades no tratamento da informação. Foram identificados casos de envio de documentos oficiais por contas pessoais, compartilhamento de arquivos sem controle de versão, ausência de classificação quanto ao grau de sigilo, utilização de aplicativos de mensagens instantâneas para decisões administrativas e armazenamento de dados funcionais em serviços externos não autorizados.

Considerando os princípios da Administração Pública, os fundamentos da gestão da informação, a necessidade de rastreabilidade dos atos administrativos e as boas práticas de comunicação institucional em ambientes digitais, assinale a alternativa que expressa a conduta tecnicamente correta para o uso dos meios eletrônicos de comunicação no setor público.

- (A) Reconhecer que, diante da dinâmica do trabalho contemporâneo, a escolha do meio de comunicação deve ficar a critério de cada servidor, sendo suficiente que o conteúdo das mensagens esteja alinhado às atividades funcionais, independentemente do canal utilizado, da existência de registros formais ou do atendimento a padrões institucionais.
- (B) Permitir o uso complementar de contas pessoais e aplicativos de mensagens, desde que posteriormente os principais encaminhamentos sejam resumidos em relatório interno, dispensando a necessidade de registro integral das comunicações e de controle sobre versões de documentos.
- (C) Estabelecer como regra a utilização exclusiva de canais institucionais, exigir classificação adequada da informação, garantir mecanismos de controle de versão, registro e rastreabilidade das comunicações relevantes, observar políticas de segurança da informação e restringir o uso de plataformas externas não autorizadas.
- (D) Priorizar a rapidez da comunicação em detrimento da formalidade, admitindo o uso de qualquer ferramenta digital que possibilite resposta imediata, ainda que isso implique fragilização dos controles administrativos e dificuldade posterior de comprovação dos atos praticados.

Questão 25

Em determinado órgão público, um Assistente Administrativo atua na recepção e no atendimento inicial aos usuários. Em razão da elevada demanda, o servidor passou a receber, simultaneamente, cidadãos insatisfeitos, solicitações internas urgentes e questionamentos acerca de processos ainda em fase de análise. Observou-se, entretanto, que o servidor, embora demonstre domínio técnico das rotinas, adota postura excessivamente informal, fornece explicações prolixas, comenta impressões pessoais sobre decisões administrativas e, em alguns casos, responde de forma ríspida quando pressionado.

À luz dos princípios que regem a atuação do servidor público, bem como dos atributos de comunicabilidade, cortesia, discricção, objetividade, tolerância e conduta profissional, assinale a alternativa que apresenta a orientação correta para correção da postura funcional.

- (A) É necessário que o servidor adote comunicação clara, objetiva e impessoal, limite-se à prestação de informações oficialmente disponíveis, evite manifestações de cunho pessoal, mantenha tratamento cortês mesmo em situações de tensão e resguarde dados e impressões internas, de modo a compatibilizar eficiência com ética, discricção e respeito ao usuário.
- (B) O servidor deve priorizar exclusivamente a rapidez no atendimento, podendo simplificar explicações, reduzir formalidades e relativizar a cordialidade, visto que a pressão por resultados justifica ajustes pontuais na conduta profissional.
- (C) A postura do servidor somente deverá ser revista caso haja reclamação formal registrada, pois, atributos como cortesia, tolerância e objetividade são aspectos subjetivos, não vinculados diretamente ao desempenho funcional.
- (D) Recomenda-se que o servidor mantenha sua liberdade comunicativa, ainda que utilize linguagem informal e emita opiniões pessoais, desde que resolva as demandas apresentadas, pois a eficiência do atendimento prevalece sobre padrões de conduta e forma de comunicação.

Questão 26

Em determinada situação, um prefeito determinou que agentes municipais interditassem imediatamente um estabelecimento comercial que estaria funcionando em desacordo com normas sanitárias, sem prévia notificação ao proprietário, sob alegação de risco iminente à saúde coletiva. O ato foi praticado diretamente por ordem verbal do chefe do Executivo, sem lavratura inicial de auto formal.

Considerando a natureza da Administração Pública, seus elementos e os poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) O ato é válido, pois decorre do poder de polícia e, diante de risco iminente, admite atuação imediata da Administração, sem prejuízo da posterior formalização e do contraditório diferido.
- (B) O ato é inválido, pois a Administração jamais pode restringir direitos sem prévia notificação e processo administrativo.
- (C) O ato é válido, pois a vontade pessoal do chefe do Executivo, enquanto autoridade máxima, supre a exigência de formalização do ato.
- (D) O ato é inválido, pois somente o Poder Judiciário pode determinar interdição de estabelecimento.

Questão 27

Em determinado órgão público, usuários relatam longas esperas, informações divergentes, falta de cordialidade e ausência de solução definitiva para demandas simples. A administração pretende implantar um programa de melhoria do atendimento, fundamentado nos princípios da Administração Pública e nas boas práticas de gestão de serviços.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta que expressa um conjunto de ações compatível com a promoção da qualidade no atendimento ao público.

- (A) Concentrar a responsabilidade do atendimento em um único setor, independentemente da natureza da demanda.
- (B) Aumentar exclusivamente o número de formulários e exigências documentais, visando maior controle.
- (C) Padronizar procedimentos, capacitar servidores, monitorar a satisfação dos usuários e adotar postura orientada à solução.
- (D) Priorizar apenas atendimentos presenciais, restringindo canais digitais para evitar sobrecarga.

Questão 28

Um Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Compras foi designado para acompanhar processos licitatórios e contratos administrativos. Ele precisa garantir que todas as fases da licitação e execução contratual estejam de acordo com a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) e princípios da Administração Pública.

Considerando o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A licitação é obrigatória para qualquer contratação ou aquisição pelo poder público, sendo vedada a contratação direta sem processo licitatório, salvo hipóteses expressamente previstas em lei.
- (B) O princípio da competitividade autoriza a Administração Pública a restringir a participação em licitações apenas a fornecedores já conhecidos, mesmo que isso limite a possibilidade de propostas mais vantajosas."
- (C) Licitações devem seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência.
- (D) O contrato administrativo deve sempre conter cláusulas que estabeleçam direitos e obrigações das partes, inclusive penalidades por inadimplemento e condições de rescisão.

Questão 29

Uma autarquia federal, após sucessivos levantamentos internos, identificou aumento do absenteísmo, queda no engajamento dos servidores, crescimento de conflitos interpessoais e redução da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Embora existam normas internas, avaliações periódicas e ações pontuais de capacitação, percebeu-se que tais iniciativas são fragmentadas, pouco integradas entre si e desvinculadas de objetivos institucionais de médio e longo prazo.

Considerando os fundamentos das práticas modernas de Recursos Humanos no setor público, a necessidade de alinhamento estratégico e a promoção de um ambiente organizacional saudável, analise as proposições a seguir:

I.A área de Recursos Humanos deve atuar de forma meramente operacional, limitando-se à execução de rotinas de pessoal, uma vez que decisões estratégicas competem exclusivamente à alta administração.

II.A integração entre recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, gestão por competências e ações de qualidade de vida no trabalho favorece maior coerência das políticas de pessoal e fortalecimento do compromisso institucional.

III.A adoção de mecanismos contínuos de acompanhamento do clima organizacional e de desenvolvimento de pessoas contribui para prevenir conflitos e elevar o nível de engajamento dos servidores.

IV.O foco exclusivo em sanções disciplinares é suficiente para corrigir problemas de desempenho, dispensando investimentos em formação e desenvolvimento.

Assinale a alternativa que apresenta a opção CORRETA:

- (A) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- (B) Apenas a proposição I está correta.
- (C) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.

Questão 30

Em determinado órgão público, a autoridade competente expediu ato administrativo impondo obrigação a particulares, sem que houvesse previsão legal específica que autorizasse tal imposição. Além disso, o ato foi praticado por assistente administrativo regularmente investido no cargo, apresentou forma escrita adequada, mas seu conteúdo contrariava diretamente finalidade pública prevista na norma de regência. Mesmo assim, a Administração passou a exigir imediatamente o cumprimento da determinação, sob o argumento de que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.

Considerando o conceito de ato administrativo, seus requisitos (elementos) e atributos, assinale a alternativa que expressa a interpretação juridicamente correta:

- (A) O ato é válido, mas anulável apenas se houver demonstração de prejuízo concreto ao particular.
- (B) A presunção de legitimidade impede qualquer questionamento administrativo ou judicial acerca do ato.
- (C) O ato é inválido, por vício de legalidade e de finalidade, não podendo ser convalidado, ainda que apresente atributos como presunção de legitimidade e imperatividade.
- (D) O ato é plenamente válido, pois a presença de agente competente e forma adequada é suficiente para suprir eventual ausência de base legal e desvio de finalidade.

Questão 31

Um órgão público estadual passa por processo de reestruturação organizacional motivado por críticas recorrentes dos usuários quanto à demora no atendimento, à repetição de etapas nos processos, à inconsistência de resultados entre unidades semelhantes e à dificuldade de mensurar, de forma objetiva, o desempenho institucional. Relatórios internos apontam que determinadas áreas cumprem rigorosamente os procedimentos estabelecidos, porém não atingem os resultados esperados, enquanto outras alcançam metas pontuais, mas com elevado consumo de recursos e grande variabilidade na qualidade das entregas.

Diante desse cenário, a alta administração pretende redesenhar as funções organizacionais e a estrutura interna, de modo a alinhar eficiência, eficácia, desempenho, produtividade e qualidade, sem comprometer a legalidade e a continuidade do serviço público.

Considerando os conceitos técnicos desses elementos e sua aplicação integrada na Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta a decisão gerencial correta:

- (A) Redefinir funções e processos com base em objetivos claros, estabelecer indicadores que contemplem simultaneamente eficiência, eficácia, desempenho, produtividade e qualidade, promover integração entre áreas e instituir mecanismos permanentes de monitoramento e melhoria contínua.
- (B) Concentrar esforços apenas na eficácia, admitindo elevados níveis de desperdício de recursos, desde que os resultados finais sejam formalmente alcançados.
- (C) Priorizar exclusivamente a eficiência operacional, reduzindo custos e tempo de execução, ainda que as entregas finais não atendam plenamente às necessidades dos usuários e às finalidades institucionais.
- (D) Manter a estrutura existente, limitando-se a cobrar maior esforço individual dos servidores, sem revisão de processos ou redefinição de responsabilidades.

Questão 32

Em situações do dia a dia e do poder público, analise as afirmativas abaixo sobre direitos e garantias fundamentais. Assinale V, para verdadeiras, ou F, para falsas:

() Um cidadão pode ser conduzido coercitivamente para depor em investigação policial sem ordem judicial, desde que seja para colaborar com a elucidação de um crime.

() A interceptação de comunicações telefônicas só é válida se houver autorização judicial, em conformidade com o devido processo legal.

() A liberdade de expressão garante ao jornalista publicar informações falsas sobre um servidor público, desde que não haja intenção de prejudicar sua reputação.

() O direito à privacidade e à intimidade protege o cidadão de divulgação não autorizada de dados pessoais por órgãos públicos ou empresas privadas.

() A liberdade de associação pode ser limitada em situações previstas em lei, para impedir que organizações promovam atividades ilícitas ou atentem contra a ordem pública.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V, V.
- (B) F, F, V, V, F.
- (C) V, F, V, V, F.
- (D) V, V, F, F, V.

Questão 33

Em uma autarquia federal, constatou-se aumento significativo de retrabalho e de conflitos entre setores após a adoção de um novo procedimento interno para tramitação de processos eletrônicos. A chefia identificou que parte das orientações foi transmitida oralmente em reuniões informais, outra parte por e-mails extensos e pouco estruturados, e que não houve consolidação das informações em documento oficial único. Como consequência, servidores passaram a adotar interpretações divergentes quanto aos prazos, às responsabilidades e às etapas do fluxo.

Considerando os princípios da comunicação organizacional, as diferenças entre comunicação oral e escrita e a necessidade de confiabilidade da informação no setor público, assinale a alternativa que apresenta a estratégia correta para prevenir esse tipo de problema.

- (A) Consolidar as orientações em ato ou manual escrito, claro, padronizado e acessível, complementando-o com comunicação oral para esclarecimentos, de modo que a oralidade reforce, mas não substitua, o registro formal.
- (B) Manter múltiplos canais de comunicação sem integração, permitindo que cada setor adapte livremente as orientações conforme suas rotinas específicas.
- (C) Utilizar apenas comunicação escrita, ainda que extensa, pois a existência de registros documentais é suficiente para garantir compreensão uniforme, sendo irrelevante a padronização da linguagem e da estrutura textual.
- (D) Priorizar exclusivamente a comunicação oral, por permitir interação imediata e esclarecimento de dúvidas em tempo real, dispensando registros formais, desde que os gestores reforcem periodicamente as orientações em reuniões.

Questão 34

No ambiente organizacional, diferentes perfis de personalidade convivem diariamente, influenciando a forma como os servidores se comunicam, lidam com conflitos, recebem orientações e executam tarefas. A gestão pública moderna reconhece que tais diferenças, quando adequadamente administradas, podem contribuir para a inovação, a aprendizagem organizacional e a melhoria do clima institucional.

À luz dessa compreensão, assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta às boas práticas de gestão de pessoas no setor público.

- (A) O comportamento organizacional é determinado exclusivamente por normas internas, não sofrendo influência de fatores pessoais.
- (B) As diferenças de personalidade devem ser toleradas apenas quando não interferirem na hierarquia funcional, devendo ser reprimidas em situações de pressão.
- (C) A padronização comportamental é condição indispensável para garantir produtividade, sendo desejável minimizar a expressão de traços individuais.
- (D) O reconhecimento das diferenças individuais, aliado a regras claras de convivência, favorece relações profissionais saudáveis e desempenho sustentável.

Questão 35

Um órgão público realiza diagnóstico sobre seus arquivos correntes e identifica diferentes demandas de recuperação da informação:

1. Localização rápida de prontuários de servidores pelo nome.
2. Controle rigoroso de processos administrativos numerados sequencialmente.
3. Consulta frequente a documentos cuja referência principal é a data de emissão.
4. Organização de dossiês vinculados a unidades regionais e municípios.
5. Agrupamento de documentos por temas institucionais, como pessoal, compras, patrimônio e contratos.

Considerando as técnicas de arquivamento, assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre cada demanda e o método mais adequado, na ordem apresentada.

- (A) Numérico – Alfabético – Geográfico – Cronológico – Por assunto.
- (B) Alfabético – Cronológico – Numérico – Geográfico – Por assunto.
- (C) Alfabético – Numérico – Cronológico – Geográfico – Por assunto.
- (D) Numérico – Alfabético – Cronológico – Por assunto – Geográfico.

Questão 36

Em uma repartição pública de médio porte, constatou-se aumento expressivo de falhas em impressoras, scanners, computadores e equipamentos multifuncionais, além de atrasos na tramitação de processos e elevação dos custos com manutenção. Auditoria interna apontou que parte dos servidores utiliza os equipamentos sem observar orientações básicas de operação, realiza improvisações para contornar falhas, instala softwares não autorizados, deixa de efetuar procedimentos elementares de conservação e não comunica formalmente problemas técnicos.

Diante desse contexto, a chefia administrativa pretende estabelecer diretrizes para o uso racional dos equipamentos de escritório, visando assegurar continuidade dos serviços, preservação do patrimônio público e aumento da produtividade.

Considerando princípios da Administração Pública, boas práticas de gestão patrimonial e uso adequado de equipamentos, assinale a alternativa que apresenta a conduta tecnicamente correta:

- (A) Restringir completamente o uso dos equipamentos a um pequeno grupo de servidores especializados, ainda que isso gere gargalos no fluxo de trabalho.
- (B) Priorizar apenas a substituição periódica dos equipamentos, independentemente das causas de desgaste ou mau uso.
- (C) Estabelecer normas internas de utilização, capacitar os servidores, proibir intervenções não autorizadas, exigir comunicação formal de falhas, realizar manutenção preventiva e responsabilizar pelo uso inadequado.
- (D) Permitir ampla liberdade de uso dos equipamentos, inclusive instalação de programas e adaptações físicas, desde que isso facilite o trabalho individual do servidor.

Questão 37

Um Assistente Administrativo de um órgão público é responsável pelo controle do patrimônio e dos materiais utilizados pela instituição. Ele observa que alguns bens permanentes estão sem registro atualizado, estoques de materiais de consumo não possuem inventário detalhado e alguns equipamentos estão subutilizados ou em manutenção irregular.

Considerando os princípios e boas práticas da administração de recursos materiais e patrimoniais, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A realização de inventários periódicos, a atualização de registros e o acompanhamento da depreciação dos bens são práticas essenciais para a gestão eficiente de recursos materiais e patrimoniais.
- (B) A responsabilidade pelo controle de bens patrimoniais é exclusiva do gestor superior, dispensando a atuação de cargos operacionais como o Assistente Administrativo.
- (C) A subutilização de equipamentos e materiais não constitui problema administrativo, desde que os custos estejam previstos no orçamento anual.
- (D) O controle patrimonial é opcional, sendo necessário apenas para bens de alto valor; itens de menor valor podem ser adquiridos e utilizados sem registro formal.

Questão 38

No exercício de suas funções, um governador estadual editou decreto para instituir ou alterar tributos sem aprovação da Assembleia Legislativa. Paralelamente, o Tribunal de Justiça do Estado declarou a constitucionalidade do decreto, mesmo diante de questionamentos de parlamentares. À luz da Constituição Federal de 1988 e do princípio da separação dos poderes, assinale a alternativa correta:

- (A) O Executivo estadual pode instituir ou alterar tributos por decreto, desde que haja interesse público relevante.
- (B) O Legislativo estadual é o único competente para instituir ou alterar tributos, cabendo ao Executivo apenas propor projetos de lei e executar a arrecadação.
- (C) O Executivo e o Judiciário podem atuar conjuntamente para suprir omissões legislativas, criando normas tributárias em caráter excepcional.
- (D) O Judiciário pode substituir a função legislativa, declarando a validade de normas criadas pelo Executivo sem lei prévia.

Questão 39

Em uma autarquia municipal, a chefia imediata identificou que, embora os servidores cumpram suas atribuições individuais, há baixo nível de integração entre os membros da equipe, retrabalho frequente, resistência à cooperação entre setores e conflitos decorrentes de falhas de comunicação. Para enfrentar esse cenário, foi instituído um plano de melhoria voltado ao fortalecimento do trabalho em equipe, contemplando ações de compartilhamento de informações, definição clara de papéis, estímulo à corresponsabilização pelos resultados e valorização da diversidade de competências.

Considerando os princípios contemporâneos de trabalho em equipe no âmbito da Administração Pública e seus reflexos sobre a eficiência organizacional, assinale a alternativa que expressa a diretriz correta para orientar a atuação dos servidores nesse contexto.

- (A) Centralizar as decisões exclusivamente na chefia, evitando a participação dos servidores nas discussões, a fim de reduzir divergências e acelerar os processos.
- (B) Estimular a cooperação estruturada, com comunicação clara, objetivos compartilhados e reconhecimento das interdependências entre os membros, de modo a potencializar resultados institucionais.
- (C) Priorizar o desempenho individual como principal critério de avaliação, uma vez que a responsabilização coletiva tende a diluir obrigações e comprometer a objetividade da gestão.
- (D) Manter as equipes segmentadas por especialidade, restringindo a interação entre áreas para preservar a autonomia técnica e evitar interferências.

Questão 40

Um Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento está analisando o orçamento do município e observa as seguintes situações: o setor de compras realizou gastos com equipamentos antes da aprovação de crédito adicional; o setor de arrecadação transferiu parte das receitas de um fundo específico para outro sem autorização legal; e algumas despesas discricionárias foram postergadas por decisão administrativa.

Com base na legislação orçamentária e nos princípios da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale V, para verdadeiras ou F, para falsas:

(__)Receitas vinculadas só podem ser utilizadas para fins específicos, respeitando a destinação legal, mesmo que haja excesso em outro setor.

(__)Despesas discricionárias podem ser ajustadas ou postergadas pelo gestor, respeitando limites legais e sem comprometer direitos de terceiros.

(__)A execução orçamentária e financeira deve seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme o art. 37 da Constituição Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, F, V.
- (B) V, V, V.
- (C) V, F, V.
- (D) F, V, F.

Questão 41

Em determinado município, a Secretaria de Desenvolvimento Social instituiu, por meio de portaria interna, critérios adicionais para seleção de beneficiários de um programa de assistência social, além daqueles previstos em lei municipal específica. Tais critérios passaram a restringir o acesso de determinados grupos, ainda que estes atendessem plenamente às exigências legais. Paralelamente, verificou-se que, em situações semelhantes, alguns beneficiários foram admitidos no programa por decisão discricionária da autoridade administrativa, sem observância uniforme dos mesmos parâmetros.

Diante desse cenário, cidadãos questionaram a validade dos atos administrativos praticados, alegando afronta aos princípios constitucionais que regem a ordem social e a atuação da Administração Pública.

Considerando os princípios da legalidade e da isonomia, assinale a alternativa que expressa a interpretação correta:

- (A) A Administração deve atuar estritamente conforme a lei, não podendo inovar na ordem jurídica por meio de portarias, e deve tratar igualmente os que se encontrem em situações equivalentes, vedadas distinções arbitrárias.
- (B) O princípio da isonomia autoriza tratamento desigual sem necessidade de fundamento objetivo, bastando a decisão da autoridade competente.
- (C) A Administração pode aplicar critérios distintos a casos semelhantes sempre que houver conveniência administrativa.
- (D) A Administração pode criar livremente critérios adicionais por ato infralegal, ainda que restrinjam direitos previstos em lei, desde que visem aprimorar a política pública.

Questão 42

Em uma unidade administrativa de órgão público, verificou-se recorrente retrabalho, atrasos na tramitação de processos, sobreposição de tarefas entre servidores e ausência de critérios uniformes para priorização de demandas. A chefia imediata decidiu implementar ações de reorganização, estabelecendo metas, revisando fluxos de trabalho, redistribuindo responsabilidades e acompanhando sistematicamente os resultados obtidos.

Considerando as funções clássicas da administração e seus desdobramentos no contexto da gestão pública, assinale a alternativa que corretamente relaciona as ações descritas às respectivas funções administrativas predominantes.

- (A) As ações refletem a integração das funções planejamento (definição de metas), organização (revisão de fluxos e distribuição de responsabilidades), direção (orientação da equipe) e controle (monitoramento de resultados), evidenciando abordagem sistêmica da gestão.
- (B) As medidas adotadas caracterizam, essencialmente, a função direção, pois dizem respeito à condução de pessoas, independentemente de envolvimento com planejamento ou organização.
- (C) As providências descritas inserem-se exclusivamente na função organização, visto que tratam de estruturação interna, não abrangendo aspectos decisórios ou avaliativos.
- (D) As ações correspondem predominantemente à função controle, uma vez que envolvem acompanhamento de resultados, sendo as demais atividades meras consequências acessórias desse processo.

Questão 43

Um município editou decreto criando obrigações acessórias para particulares, impondo penalidades em caso de descumprimento, sem que exista lei anterior disciplinando a matéria. Considerando os limites do poder regulamentar e o princípio da legalidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) O decreto é válido, pois a Administração pode inovar na ordem jurídica sempre que atuar em defesa do interesse público.
- (B) O decreto é válido, porque atos normativos secundários possuem a mesma hierarquia das leis ordinárias.
- (C) O decreto é inválido, pois regulamento não pode criar direitos, deveres ou sanções sem lei que lhe sirva de fundamento.
- (D) O decreto é válido, desde que as penalidades sejam de baixo impacto econômico.

Questão 44

Um Assistente Administrativo da Secretaria de Educação de um Município recebe uma orientação para implementar um programa municipal de saúde escolar que inclui atividades pedagógicas específicas. Entretanto, o Estado já havia regulamentado um programa estadual com normas gerais sobre saúde nas escolas, e a União publicou diretrizes nacionais sobre prevenção de doenças entre estudantes.

Considerando a organização do Estado Brasileiro, os princípios federativos e a competência legislativa, assinale a alternativa correta:

- (A) O Assistente Administrativo deve seguir estritamente as normas municipais, mesmo que contrariem as regras estaduais ou federais, pois a educação é competência local.
- (B) O Assistente Administrativo deve apenas seguir as normas estaduais, pois municípios não têm competência para legislar ou regulamentar programas de saúde nas escolas.
- (C) O Assistente Administrativo deve implementar o programa municipal, mas respeitando as normas estaduais e federais, observando que normas federais e estaduais prevalecem sobre regras locais em caso de conflito.
- (D) O Assistente Administrativo pode desconsiderar as diretrizes federais, pois os municípios possuem autonomia plena para atuar em saúde escolar.

Questão 45

Um Assistente Administrativo de um órgão público federal está revisando normas internas e percebe que alguns atos administrativos podem estar em desacordo com a Constituição Federal. Ele precisa entender como identificar a hierarquia das normas e a possibilidade de controle de legalidade e constitucionalidade dos atos.

Considerando o poder constituinte, a supremacia da Constituição e os mecanismos de controle, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A Constituição não possui hierarquia sobre outras normas, e atos administrativos ou leis ordinárias podem prevalecer caso sejam considerados mais convenientes pelo gestor.
- (B) A supremacia da Constituição significa que todas as normas infraconstitucionais devem estar em conformidade com os princípios e dispositivos constitucionais, prevalecendo a Constituição sobre leis ordinárias e regulamentos.
- (C) O poder constituinte derivado permite que qualquer órgão da Administração Pública altere a Constituição de forma imediata, sem limites formais ou materiais.
- (D) O controle de constitucionalidade só pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo possível qualquer verificação prévia ou incidental por outros órgãos administrativos.

Questão 46

Determinada lei estadual instituiu procedimento administrativo que restringe, sem possibilidade de contraditório prévio, o acesso de cidadãos a benefícios assistenciais, sob a justificativa de combate a fraudes. A norma prevê apenas a possibilidade de recurso posterior, sem efeito suspensivo. À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência consolidada sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei é constitucional, pois a administração pública pode, no exercício do poder de polícia, limitar direitos individuais sempre que houver interesse público relevante, sendo suficiente a previsão de recurso posterior.
- (B) A lei é inconstitucional, pois viola o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, que se aplicam também aos processos administrativos, especialmente quando houver restrição de direitos.
- (C) A lei é constitucional, desde que o benefício assistencial tenha natureza discricionária, hipótese em que não se exige contraditório prévio.
- (D) A lei é parcialmente constitucional, pois o contraditório somente é obrigatório em processos judiciais, não se estendendo aos procedimentos administrativos.

Questão 47

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, caput, estabelece os princípios que regem a Administração Pública. Em uma repartição pública, gestores locais tomaram decisões que geraram atrasos e conflitos internos, contrariando tais fundamentos. Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O princípio da legalidade autoriza a Administração a inovar sem respaldo legal, desde que haja conveniência administrativa e interesse público relevante.
- (B) O princípio da publicidade garante transparência e fiscalização dos atos administrativos, mas admite restrições em hipóteses de sigilo legal, como nos casos de segurança nacional ou investigações.
- (C) O princípio da legalidade impõe que a Administração Pública atue estritamente conforme a lei, não podendo inovar sem respaldo legal, ainda que por conveniência administrativa.
- (D) O princípio da moralidade exige que os atos administrativos sejam pautados por ética, probidade e legitimidade, mesmo quando formalmente adequados à lei.

Questão 48

Um Assistente Administrativo foi designado para auxiliar na reorganização das áreas de uma empresa de médio porte. Durante a análise, ele percebeu que os setores estavam divididos por especialidade (como financeiro, recursos humanos e produção), o que facilitava o controle técnico de cada área, mas exigia constante coordenação para que os objetivos gerais da empresa fossem alcançados. A fim de avaliar o impacto dessa estrutura na eficiência e nos resultados da organização, considere as afirmativas abaixo:

I. Estruturas organizacionais funcionais agrupam colaboradores por especialidade ou área de atuação, facilitando a padronização de processos e o desenvolvimento técnico das equipes.

PORQUE

II. A estrutura funcional permite que cada setor da empresa defina metas isoladas, sem necessidade de integração com outras áreas, o que aumenta a autonomia operacional.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 49

Analise as assertivas a seguir, relativas à organização da Administração Pública brasileira:

I. Órgãos da Administração direta não possuem personalidade jurídica própria, razão pela qual seus atos são imputados à pessoa política a que pertencem.

II. Empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração indireta e possuem personalidade jurídica própria, podendo adotar regime jurídico de direito privado, sem prejuízo da incidência de princípios da Administração Pública.

III. As autarquias e as fundações públicas integram a estrutura da Administração direta, estando, por isso, sujeitas à subordinação hierárquica plena em relação aos ministérios.

IV. A criação de entidades da Administração indireta depende, em regra, de lei específica.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas:

- (A) I, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.

Questão 50

Em um órgão público federal, a unidade de protocolo recebe diariamente grande volume de documentos físicos e eletrônicos, os quais são distribuídos a diferentes setores para instrução de processos administrativos. Auditoria interna constatou atrasos recorrentes, extravio de documentos, duplicidade de registros, dificuldades na localização de informações e uso inadequado dos arquivos correntes, com guarda de documentos sem classificação padronizada e sem observância das fases do ciclo documental.

Diante desse cenário, a chefia da unidade pretende reestruturar os procedimentos de protocolo, classificação e organização dos arquivos correntes, de modo a assegurar autenticidade, confiabilidade, rastreabilidade e acesso tempestivo às informações.

Considerando os princípios da arquivologia e as boas práticas aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta a medida correta:

- (A) Permitir que cada setor defina livremente sua forma de classificar e organizar documentos, desde que consiga localizá-los quando necessário.
- (B) Implantar plano de classificação documental, padronizar rotinas de protocolo (recebimento, registro, classificação, distribuição e tramitação), organizar os arquivos correntes por critérios técnicos e capacitar os servidores envolvidos.
- (C) Eliminar periodicamente documentos dos arquivos correntes, independentemente de avaliação ou tabela de temporalidade.
- (D) Concentrar os esforços exclusivamente na digitalização de todos os documentos, dispensando a adoção de plano de classificação e de procedimentos formais de protocolo.

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

A qualidade e a segurança dos serviços de saúde são fatores essenciais para o bem-estar da sociedade. Para além da atuação direta dos profissionais, a existência de instituições responsáveis pela fiscalização e pelo controle do exercício profissional contribui para assegurar o cumprimento das normas éticas, a regularidade das atividades e a proteção do interesse coletivo.

O Conselho Regional de Medicina integra esse sistema de fiscalização e orientação profissional, desempenhando papel relevante na garantia da confiança social nos serviços prestados.

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da atuação do Conselho Regional de Medicina para a proteção da sociedade.

**USE O ESPAÇO ABAIXO COMO RASCUNHO E DEPOIS TRANSCREVA
PARA A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização
Instituto
ACCESS